

# Docentes dizem sim ao acordo com pauta específica da categoria



A primavera feminista  
brasileira  
*Página 4*



Apub promove debate  
sobre projeto alternativo  
para o Brasil  
*Página 6*



Encontro de Aposentados  
discute participação e  
valorização do segmento  
*Página 8*

## EDITORIAL

# Nossa agenda de luta continua

2015 foi um ano difícil para o movimento docente. Fomos confrontados com uma conjuntura complexa e fizemos uma campanha salarial tentando negociar com um governo cuja resposta para as crises política e econômica vividas pelo país foi render-se ao conservadorismo e a um ajuste fiscal que penaliza a classe trabalhadora. Diante do contingenciamento das verbas para a educação e da situação de déficit da UFBA, foi deflagrada uma greve que durou 140 dias e terminou sem os ganhos esperados, apesar de ter sido importante na denúncia dos prejuízos do modelo de ajuste fiscal e

por ter promovido a articulação entre as diversas categorias de Servidores Públicos Federais. As categorias rejeitaram a proposta inicial do governo de acordo em 04 anos, mas a maioria dos SPFs manteve a luta por suas pautas específicas, logrando êxito em alguns pontos. As negociações conduzidas pelo Proifes-Federação resultaram em um termo de acordo que dá o primeiro passo no processo de reestruturação da carreira e responde a algumas demandas importantes relacionadas às progressões e regime de trabalho. Em cumprimento à deliberação do 10º Encontro Nacional do Proifes realizado

em agosto deste ano, foi realizada uma consulta direta às bases para deliberar sobre a assinatura ou não do acordo. A maioria dos docentes que participou desta Consulta Nacional (pág.03), realizada no final de novembro, decidiu por aceitar esses termos. Estamos conscientes, porém, que o reajuste de 10,8% não repõe totalmente as perdas inflacionárias e que a reestruturação das carreiras, dividida em três etapas, ainda não é a ideal. Mas, é importante ressaltar que em 2017 estaremos novamente em Campanha Salarial e a Apub está comprometida com a luta por mais conquistas. Além disso,

nossa agenda de lutas, para além dos salários, é contínua. Após a greve, debatemos alternativas para a crise econômica (pág. 06), realizamos o Encontro de Aposentados (pág. 08) e também participamos do encontro sobre aposentadoria do Proifes, em Goiânia. Ainda, apoiamos o Debate na UFBA sobre a auditoria cidadã da dívida, no último dia 23. Este ano estivemos mobilizados pela educação e pela universidade, e este espírito deve ser mantido e alimentado para os desafios que certamente virão em 2016. Há muitas pautas a enfrentar, tanto no âmbito nacional, como a questão do abono

permanência, das condições de trabalho, da consolidação da expansão e interiorização das IFES, quanto local, como a organização e fortalecimento do movimento docente na Bahia, e também a necessidade de reformulação do estatuto do nosso sindicato. Para tanto, esperamos realizar o Congresso da Apub ainda no primeiro semestre do ano que vem; também manteremos uma agenda permanente de debates e atos. Há muito a fazer e contamos com a sua participação. Informe-se, compareça aos eventos e ajude a construir nosso sindicato.

## ARTIGO

## 2015: O Ano que não começou

Após um ano do segundo turno da eleição presidencial não houve um momento de calma. Parece que o ano 2014 ainda não terminou, pois o debate da campanha eleitoral ficou mais acirrado, mas por outro lado, a deterioração do quadro econômico e político, e a crescente insatisfação popular nos levam a pensar que o ano 2014 ocorreu há uma década. Para entender este processo, é necessário visualizar as mudanças no cenário político-econômico internacional, começando pela crise iniciada em 2008 nos EUA, que atingiu a União Europeia em 2010, chegou aos BRICS (China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul) e, em diferentes graus, nos países emergentes da América Latina em 2014, sendo, nestes últimos, quase sempre acompanhada de crises políticas.

A partir dessa crise, tanto a China quanto os EUA começaram a alterar os termos de sua relação de troca com os demais países do mundo, reduzindo e/ou invertendo o fluxo de capital e diminuindo a sua demanda pelos produtos primários dos países emergentes, o que provocou uma acentuada queda de preços das commodities. As consequências destas medidas foram agravadas pelos limites exibidos pelos governos progressistas instalados a partir de 2002. Considerados como tal pelo desejo de superação da hegemonia neoliberal, em maior ou menor radicalidade, contudo, atuaram nos marcos da hegemonia do capital financeiro e transnacional.

Neste cenário de crise, o governo brasileiro reagiu bem: mais mercado interno, mais in-

tegração regional, mais Estado. Porém, devido a uma estratégia de conciliação adotada pela maior parte da esquerda brasileira, o Brasil foi um dos países que não realizou reformas estruturais que permitissem, por exemplo, o desenvolvimento de uma indústria forte e tecnologicamente avançada. Além disso, não constituímos um setor financeiro poderoso e público, fundamental para o desenvolvimento de projetos que deem retorno econômico e financeiro a longo prazo. Também não realizamos a reforma agrária e a universalização das políticas sociais, sem as quais não há condições materiais para combinar crescimento econômico com elevação do bem-estar social. Com o fim do ciclo de valorização dos produtos primários, que causou

a diminuição da renda nacional, não seria mais possível distribuir para os pobres sem taxar os ricos, o que provocou uma mudança na atitude de aceitação do grande capital em relação às políticas distributivistas.

No período do primeiro mandato do governo Dilma, o grande empresariado, inclusive os setores que haviam apoiado a política de conciliação, reclamavam uma mudança fundamental na “política econômica”, de modo que o governo revertesse a ampliação do salário direto e indireto da classe trabalhadora. Como isto não ocorreu, o resultado foi o deslocamento de setores cada vez mais amplos do grande capital em favor da oposição. Este movimento já havia sido antecipado pelos setores médios, em 2005, na chamada crise do

“mensalão” e, a partir do segundo semestre de 2013, pelas camadas populares. A disputa eleitoral ainda não se interrompeu, pois o problema de fundo é que a atual situação política, econômica e social não agrada a nenhuma das classes fundamentais da sociedade brasileira. Há uma situação de impasse estratégico, institucional e, também, de concepção de Estado - entre um modelo com mais recursos para investir na saúde, educação, assistência social e no desenvolvimento econômico, ou outro, como regulador dos conflitos sociais e econômicos.

**Por Ubiratan Félix, diretor Administrativo da Apub Sindicato e presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia**

## CAMPANHA SALARIAL

# Consulta aos docentes aprova acordo com pauta específica da categoria

Encerrada a greve docente da Universidade Federal da Bahia, as negociações salariais continuaram. Por um lado, a greve cumpriu seu papel de denúncia das condições da universidade e repúdio ao contingenciamento de verbas. Mas, por outro, a vinculação à Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais (SPFs) e a opção política de setores do movimento docente prejudicou o debate sobre a pauta específica a ser apresentada nas negociações. Com o acirramento da conjuntura, não houve recuo do governo, pelo contrário, mais cortes foram feitos e as propostas de reajuste foram ínfimas e rejeitadas pelos docentes. Diante de uma negociação que não avançava, categorias de servidores assinaram acordos nos índices oferecidos – 10,8% em dois anos – mas garantiram pontos de suas pautas específicas.

Neste contexto, a Apub apresentou, na Assembleia Geral do dia 06 de outubro, a contraproposta protocolada pelo Proifes-Federação no final de setembro que incluía itens sobre reestruturação da carreira. Foi a este documento que o Ministério do Planejamento respondeu em 18 de novembro, com a proposta final para o encerramento das negociações. A resposta tardia do governo estabeleceu um prazo extremamente curto para que a categoria pudesse avaliar a proposta. Entretanto, diante da possibilidade de ausência de reajuste em 2016 – o que geraria uma perda acumulada de difícil recuperação – as entidades representativas dos docentes se mobilizaram para consultar suas bases e decidir pela aceitação ou não do acordo.

Apesar do índice salarial, oferecido a todas as categorias dos SPFs, ser muito aquém do neces-

sário para cobrir a inflação do período, a proposta contempla pontos da pauta específica docente, tais como, percentuais fixos entre classes, níveis e regimes de trabalho; os efeitos legais e financeiros para as progressões e promoções na data da conclusão do interstício; fim da exigência de conclusão do estágio probatório para a mudança de regime de trabalho, entre outros. Confira os itens da proposta no box.

A minuta da proposta está disponível do site da Apub.

## Consulta nacional

Os sindicatos federados do Proifes realizaram consulta aos docentes sobre respeito à decisão do XI Encontro Nacional do Proifes de consultar as bases antes de qualquer assinatura de acordo. Participaram cerca de 4 mil professores de 125 instituições federais de ensino (Universidades, Institutos e Escolas Militares) de todo o país. Destes, 88% (tanto entre os filiados como não-filiados) aprovaram a assinatura do acordo pela entidade. O método utilizado para saber a opinião da categoria foi principalmente a consulta eletrônica aos professores e professoras filiados(as), mas também aconteceram votações em urnas físicas e assembleias em diferentes IFES. Algumas seções sindicais do Andes-SN também fizeram a apreciação junto às suas bases. Entre elas, a AdUnB (Associação dos Docentes da UnB), que realizou consulta eletrônica entre filiados e não filiados, na qual 267 votos foram favor e 81 contrários; a AdUFRJ (Associação de Docentes da UFRJ), em assembleia realizada em 25 de novembro, teve resposta de 128 favoráveis à assinatura do acordo, 11 contrários e 3 nulos, entre sindicalizados e não sindicalizados; a APUR (Associação de Docentes da UFRB)

já havia deliberado a favor da assinatura do acordo; a AdUFPA (Associação de Docentes da UFPA), AdUFPI e AdUFS (Associação de Docentes da UFS), a partir também de assembleias, divulgaram a rejeição do acordo, sem informações sobre a votação.

A Apub realizou sua consulta entre 23 e 25 de novembro, através de votação online, para filiados (as) ao sindicato, e em urna física para os (as) não filiados (as). Durante os dias de votação, a diretoria da Apub realizou debates nas unidades da UFBA. Foram feitas visitas na Faculdade de Dança, ISC, Politécnica, Veterinária, Enfermagem, Administração, Direito, ICS, Nutrição, Música, Belas Artes, Facom, IHAC e Letras. No dia 26, a apuração dos votos somou um total de 378, sendo 335 favoráveis e 43 contrários. Apesar das dificuldades apresentadas - como problemas nos cadastros para votação eletrônica resolvidos ao longo do processo e pouca votação de não-filiados em urnas físicas devido ao esvaziamento nas unidades por conta do fim do semestre - a consulta como método garantiu a democratização na participação de docentes de variados campi e IFES do estado.

No campus Anísio Teixeira, por exemplo, a experiência da votação foi bastante positiva em termos de participação, como avaliam o professor Vinícius Gonzalez e Danielle Medeiros. No local, com o total de 89 docentes, houve votação expressiva dos não-filiados – 27 votantes – além dos mais de 50% de filiados que votaram no sistema eletrônico. “Apesar do pouco tempo para votar e para divulgar, muitos dos docentes não filiados que votaram vieram discutir suas ideias sobre a proposta do governo ou até mesmo sanar algumas dúvidas”, afirma Vinícius. Durante a greve, docentes do CAT reivin-



Diretoria da Apub debate proposta nas unidades da UFBA

dicaram constantemente o reconhecimento de suas assembleias e votos relativos ao rumo do movimento, e segundo eles, o uso desta ferramenta permite diminuir o distanciamento da sede e a invisibilidade a qual o campus e seus docentes estão ainda sujeitos.

O professor do IFBA, Biagio Avena considerou que, especificamente nesta consulta eletrônica, o sistema utilizado foi adequado, mesmo que tenha tido dificuldade no início de realizar a votação. Para ele, a participação da categoria por meio eletrônico parece a mais rápida e efetiva, na atual conjuntura. Ainda assim, afirmou a importância da participação

presencial, como as assembleias. “É um bom momento para reencontrar/encontrar os colegas e poder atualizar e discutir questões antigas e novas”.

Ao analisar o resultado da consulta, o professor aposentado Aurélio Lacerda, que votou através do site, disse que a participação não foi maior devido ao curto período de tempo para o exame da proposta e, sobretudo, pela falta de uma cultura entre nós professores para a utilização desses meios eletrônicos como canais usuais, corretos e seguros, tanto de manifestação de posicionamentos como de tomadas de decisão.

## PROPOSTA

1. Reestruturação das tabelas considerando uma expansão de 10,8%, sendo: 5,5% em agosto de 2016 e 5,0% em janeiro de 2017;
2. Benefícios: auxílio-alimentação (passa de R\$ 373,00 para R\$ 458,00), assistência à saúde (o valor atual per capita médio passa de R\$ 117,78 para R\$ 145,00) e assistência pré-escolar (o valor atual per capita médio passa de R\$ 73,07 para R\$ 321,00), a partir de janeiro de 2016;
3. Temas específicos das Carreiras Magistérios Superior (MS), Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), Ensino Básico Federal (EBF) e Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios;
4. Harmonização da estrutura salarial das carreiras a partir dos parâmetros acordados em 2012;
5. Criação de um Comitê de Trabalho, no âmbito do MEC, para fins de estudos e aprofundamento dos temas abaixo, sem prejuízo de outros temas de comum acordo;

## MOBILIZAÇÃO E LUTA

# A primavera feminista brasileira

Num momento de avanço do conservadorismo, mulheres protagonizam luta por direitos

Foto Vinicius Carvalho/Jornalistas Livres

É possível que 2015 seja lembrado como um ano a ser lamentado em relação aos retrocessos sociais e dos direitos humanos no Brasil. Em um cenário de crise econômica e política, com o Congresso mais conservador desde a ditadura militar, prosperam projetos que ameaçam os direitos não apenas das mulheres, mas de todas as minorias políticas do Brasil, a exemplo do PL 6583/2013, o qual cria o Estatuto que define família apenas como união entre homem e mulher; e da PEC 215/00, que retira a prerrogativa do poder executivo e transfere aos deputados e senadores a homologação/demarcação de um território indígena. Uma notável exceção deve ser feita à Lei do Feminicídio, sancionada em 09 de março, que determina como homicídio qualificado e inclui no rol dos crimes hediondos, quando a mulher é assassinada justamente por questões ligadas ao gênero.

Apesar do cenário adverso – ou talvez justamente por conta dele – quem nos últimos meses acompanhou as notícias, principalmente através das redes sociais, pôde ver que a luta das mulheres ganhou espaço. O que para alguns é no-

vidade e para outros, tardou a chegar, é para as mulheres a continuidade de uma batalha histórica, que agora vem ganhando visibilidade: o feminismo que luta por direitos, igualdade e por outro projeto de sociedade; um movimento que tende a se popularizar e, por isso, ganhar força, sentido e corpo entre mulheres de diferente locais e culturas, mas que vivenciam a opressão do patriarcado e do machismo todos os dias.

O Projeto de Lei 5069/93, de autoria de Eduardo Cunha, presidente da Câmara investigado por corrupção e um dos líderes da bancada evangélica no Congresso, foi o estopim para um levante das mulheres em diversas partes do país, dada a gravidade da proposta. O PL, aprovado no dia 22 de outubro pela Comissão de Constituição e Justiça – a qual tem 66 membros titulares, sendo que 29 (43,9%) compõe a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, ou seja, fazem lobby contra qualquer possibilidade de direito ao aborto legal e seguro, e apenas 2 (3%) são mulheres – cria diversos empecilhos para o acesso aos serviços de saúde voltados às mulheres vítimas



de violência sexual. Ele prevê a obrigação de realização de boletim de ocorrência em delegacia e exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal para comprovar o estupro, ou melhor dizendo, comprovar os danos físicos; só assim a mulher que foi violentada teria direito ao atendimento necessário. Atualmente, o testemunho no serviço de saúde é suficiente para o procedimento, sem exigência de provas. O projeto prevê ainda uma alteração do Código Penal, estabelecendo pena de seis meses a dois anos de detenção a quem auxiliar a mulher a abortar ou anunciar meios abortivos; de um a três anos de prisão para profissionais da saúde que informarem às mulheres sobre procedimentos abortivos; e, caso a mulher tenha menos de 18 anos, a pena é aumentada em um terço. Além disso, caso seja aprovado, abre precedente para criminalizar a

distribuição e uso da pílula do dia seguinte.

A proposta vai na contramão da promulgação da Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13), pela presidenta Dilma Rousseff, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre outros procedimentos, a lei prevê: o “amparo médico, psicológico e social imediatos”; “a profilaxia das DSTs”; “o fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis”; e, também, a “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez”. Essa lei é relevante também pela regulamentação do aborto em caso de estupro, que é considerado legal pelo Código Penal.

O movimento feminista tem como bandeira histórica

a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; descriminalização e direito ao aborto legal e seguro compõe essa bandeira, sendo um passo para autonomia sobre os próprios corpos e vidas, além de tratar-se de uma questão de saúde pública. No Brasil, são realizados anualmente cerca de 1 milhão de abortos clandestinos e 250 mil internações por complicações ligadas ao método abortivo, na maioria, de mulheres pobres. Como resultado da insegurança e da falta de assistência, os abortos clandestinos são a quinta maior causa de morte materna no país. E, diante do risco de aprovação de um projeto que desconsidera tudo isso – e ignora também a laicidade do estado, já que é levado a cabo pela concepção religiosa da bancada de Cunha – que milhares de mulheres ocuparam as ruas em diversas capitais brasileiras, denunciando o PL

“O movimento feminista tem como bandeira histórica a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; descriminalização e direito ao aborto legal e seguro compõe essa bandeira”

## MOBILIZAÇÃO E LUTA

e exigindo a queda do presidente da Câmara. eclodiram manifestações no Rio de Janeiro, São Paulo e também em Salvador.

Essas mobilizações nacionais, que vem sendo chamadas de “Primavera das Mulheres” se diferenciam não só pelo número, mas porque delas participaram mulheres que não são parte necessariamente de um movimento social organizado ou da militância, e que desde então, passam a compor a multiplicidade que o feminismo enquanto movimento mundial e irreversível deve ter. As articulações tiveram início nas redes sociais e não se podia calcular a dimensão que tomaria.

Em outubro, outro caso gerou movimentação nas redes sociais. Após exibição de um episódio do reality show *Masterchef Júnior*, a participante Valentina, de apenas 12 anos, foi vítima de comentários pedófilos na internet. As postagens dos agressores foram repercutidas inclusive na grande imprensa e geraram inúmeros debates. Diante do ocorrido, o coletivo feminista Think Olga lançou a campanha #PrimeiroAssedio para estimular as mulheres a relatar as primeiras experiências, que tinham em memória, de assédio e abuso sexual. De acordo com dados do Think Olga, na primeira semana da campanha, a hashtag foi compartilhada mais de 82 mil vezes. Uma análise de 3.111 postagens no Twitter revelou que a média de idade das vítimas era de 9,7 anos e grande parte acontecia em ambiente familiar ou próximo de casa, sendo os agressores conhecidos, amigos ou parentes. A campanha foi importante para colocar em pauta a cultura do estupro e naturalização da violência enfrentada pelas mulheres desde a infância.

### Visibilidade de pautas históricas

Ao mesmo tempo, outras pautas históricas do movimento feminista começaram a ganhar visibilidade, como a luta pelos serviços públicos que atendam as demandas tidas como responsabilidade exclusiva das mulheres, como os cuidados com as crianças (creches) e saúde da família; e também a autonomia econômica e a equidade nos salários ainda não conquistada. Dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2014 mostram que, considerando a população de 15 anos ou mais, as mulheres recebem, em média, 74,5% do rendimento obtido pelos homens no trabalho.

Outra pauta importante para o movimento feminista, e que cada vez mais ganha dimensão nas áreas da saúde e de segurança pública, é o combate à violência contra as mulheres. De acordo com o “Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres”, divulgado no dia 9 de novembro, entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres aumentou em 21%. As 4.762 mortes registradas em 2013, último ano do estudo, representam uma média de 13 mulheres assassinadas por dia. Enquanto o número de homicídio de mulheres brancas caiu 9,8% no mesmo período, os casos envolvendo mulheres negras cresceram 54,2%. Nesse sentido, cabe destacar a importância de ações como a I Marcha Nacional das Mulheres Negras, que aconteceu em Brasília, dia 18 de novembro. Milhares de mulheres marcharam contra o racismo, a violência e pelo bem viver, chamando a atenção para as pautas do feminismo negro, que traduzem a realidade de quem convive e sobrevive às opressões conjugadas, que não podem ser pensadas

“De acordo com o “Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres”, entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres aumentou em 21%. Enquanto o número de homicídio de mulheres brancas caiu 9,8% no mesmo período, os casos envolvendo mulheres negras cresceram 54,2%”

Foto Vinícius Carvalho/Jornalistas Livres



separadamente. Durante todo ano, aconteceram articulações entre diversas entidades, coletivos e rede de mulheres negras, promovendo reuniões e marchas estaduais. Em Salvador, a 1ª Marcha de Mulheres Negras da Bahia aconteceu no 13 de Maio - Dia Nacional de Denúncia do Racismo - e teve como principal pauta o fim do genocídio do povo negro. O ato aconteceu na Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia, e teve objetivo de chamar atenção para os crimes promovidos pela polícia militar, com o aval do Governo do Estado. Em fevereiro, 12 jovens foram assassinados em ação da Rondesp, no Cabula, bairro periférico de Salvador. O Ministério Público da Bahia denunciou nove policiais envolvidos no caso. O Mapa da Violência revela que entre 2003 e 2012 foram assassinados 320.000 negros vítimas de armas de fogo. Do total, 59% eram jo-

vens entre 15 e 29 anos.

Já entre as mulheres, os algozes mais comuns são familiares, cerca de 50,3% dos responsáveis pelos crimes de feminicídio. Desse total, 33,2% são parceiros ou ex-parceiros. Para muitos, a dúvida que fica são as razões para esse aumento, questionamento que gerou, inclusive, o tema de redação do Enem este ano: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”.

A importância que há no reconhecimento pelo Estado, através da Lei Maria da Penha que entrou em vigor no ano de 2006, de que a violência contra mulher deve ser desnaturalizada e combatida é inegável, mas a ineficácia da lei enquanto instrumento para evitar que esses crimes aconteçam também é argumento irrefutável; os dados, a morosidade da justiça, o despreparo dos oficiais e o reduzido número de Delegacias Especiais de Atenção à

Mulher são fatos que levam a esta conclusão. Segundo estudo de 2011 do CEMICAMP, 80% das delegacias sofrem com a ausência de pessoal treinado para lidar com casos de violência sexual. E em Salvador, há apenas duas Delegacias para atender aos casos.

Mas, há mais fatores do que isso. O enraizamento do machismo, enquanto conjunto de ideias, e a estrutura patriarcal na sociedade não são apenas caso de polícia. Os estudos e práticas feministas já apontam algumas saídas há muito tempo, entre elas, a reestruturação da educação domiciliar e dos conteúdos nas escolas; a ocupação dos espaços na política e posições de liderança pelas mulheres; acesso aos serviços públicos essenciais e autonomia econômica. Mas, essas conquistas só se darão a partir da auto-organização das mulheres e da capacidade de mobilização do movimento.

## MOBILIZAÇÃO E LUTA

# Apub promove debate sobre projeto

Promovido pela Apub Sindicato, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, a CUT e o Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Senge-BA), o debate “Alternativas para a crise econômica”, realizado no dia 16 de novembro, na Faculdade de Arquitetura da UFBA, pautou o cenário de instabilidade fiscal do país, o modo de superá-lo sem comprometer os avanços sociais dos últimos anos e garantindo o investimento em educação. O palestrante convidado foi o professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Márcio Pochmann e como debatedores, os professores da UFBA, Paulo Henrique de Almeida da Faculdade de Economia, Marcus Alban de Administração e Jorge Almeida de FFCH.

A apresentação de Pochmann girou em torno do documento, lançado em setembro deste ano pela Fundação Perseu Abramo e mais seis entidades, intitulado “Por um Brasil justo e democrático”. Composto por dois volumes, “Mudar para sair da crise - Alternativas para o Brasil voltar a crescer (Vol. I)” e “O Brasil que queremos - Subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional (Vol. II)”, o documento faz uma crítica ao modelo de ajuste fiscal atualmente promovido pelo governo e apresenta algumas propostas alternativas para promover a recuperação econômica.

De acordo com Pochmann, o Brasil está condicionado a um modelo econômico que prioriza o pagamento de juros da dívida pública, refém do imediatismo e ainda sofre com mazelas herdadas da ditadura militar. Para superar dificuldades que são estruturais, seria necessário investir em um projeto de médio e longo prazo para o país. Entretanto, ele aponta que o modo como o sistema capitalista se desenvolve dificulta o crescimento de países, como o Brasil, fora de seu eixo central. “O capitalismo mundial é um sistema que se desenvolve a partir da existência de um centro dinâmico e que articula os demais países que estão fora desse centro, de tal forma que o desenvolvimento capitalista, de maneira geral é desigual, mas também é combinado pela relação existente entre o centro dinâmico e a periferia”, explicou. Pochmann esclareceu ainda que para fazer parte do chamado centro dinâmico é preciso combinar três características fundamentais: possuir uma moeda de curso internacional, forças armadas bem estabelecidas e capacidade de progresso técnico e tecnológico. “O Brasil nunca teve e não tem, nos dias de hoje, essas três características”, disse. Falou também que o fato de o Brasil ser basicamente um produtor e exportador de commodities não permite que ele se transforme em um país desenvolvido.



Do ponto de vista dos desafios internos do país, Pochmann chamou atenção para o esgotamento do ciclo político iniciado a partir de 1985, com o fracasso da Emenda Dante de Oliveira, que permitiria as eleições diretas já naquele ano. “O que nós tivemos, através de uma eleição por um colégio eleitoral, foi uma transição completamente viciada pelo sistema político inventado pela própria ditadura”, afirmou. Um sistema composto majoritariamente por partidos fisiológicos e altamente dependente do poder econômico. “Nas eleições de 2010 para deputados federais, segundo estudo feito pela própria Câmara, os nossos candidatos para deputados federais que foram eleitos declararam ao Tri-

bunal Superior Eleitoral terem gasto uma quantia que equivaleu a uma média de R\$ 4 milhões por candidato. R\$ 4 milhões não é a soma que um deputado federal recebe durante quatro anos de mandato”. Como consequência, “nos temos hoje uma representação política partidária que não tem a cara do Brasil”.

Outro ponto levantado por Pochmann foi o fato de estarmos vivendo um capitalismo de baixo dinamismo. “A expansão do capitalismo brasileiro de 1981 a 2015 foi apenas de 2% em média ao ano. Se você desconta o crescimento da população, o crescimento da renda per capita foi de apenas 0,6%”, disse. E continuou: “Esse é um quadro dramático, porque um país que

não cresce não consegue responder às demandas do conjunto da população”. Apesar do baixo crescimento, houve um aumento dos investimentos sociais, que em 1985 equivaliam a 13% do PIB e atualmente equivalem a 23%. Entretanto, esse ganho social veio às custas do aumento da carga tributária. “A democracia brasileira viabilizou um aumento da carga tributária fantástico e dividiu uma parte em termos de gasto social, outra parte em termos de pagamento da dívida. Isso interrompeu a possibilidade de você ter crescimento”, explicou. Esse ambiente favorece o crescimento da direita, representada pelos partidos, pelas pautas conservadoras em ascensão no Congresso e pelos meios de co-



“É neste momento que precisamos convergir forças progressistas, democráticas, em torno de um projeto para o país”

Márcio Pochmann  
Unicamp



“Não é preciso inventar patentes porque o que a gente está produzindo aqui, basicamente é matéria prima”

Marcus Alban  
Administração/UFBA

# alternativo para o Brasil



municação, além do judiciário e das forças policiais. “É neste momento que precisamos convergir forças progressistas, democráticas, em torno de um projeto para o país”.

## Debate

Após a apresentação de Pochmann, os debatedores levantaram outras questões a respeito do tema. Marcos Alban ressaltou que, nos mandatos de FHC, esperava-se que a estabilidade nos preços trazida pelo plano real levasse à retomada do crescimento - o que não aconteceu. “Abriu-se espaço para um força política alternativa que, como todos sabemos, foi o PT”, disse. Entretanto os governos petistas também não conseguiram promover o

crescimento esperado da economia. “Fizemos uma expansão, um ‘voo de galinha’ baseado no consumo, numa estratégia que, assim como a de FHC, esteve baseada em juros estratosféricos”. Outro destaque de Alban foi o que ele chamou de “desindustrialização do Brasil”, que dificultaria o progresso técnico e tecnológico referido por Pochmann. “E por isso as nossas universidades só produzem papers indexados pela CAPES. Não é preciso inventar patentes, porque o que a gente está produzindo aqui, basicamente é matéria prima”, disse. Por fim, lembrou que para conduzir o processo de mudança seria necessário o surgimento de lideranças alternativas que ainda não estavam no horizonte.

Jorge Almeida também chamou a atenção para a ausência de lideranças, mas enfatizou que é necessária a construção de um projeto alternativo ao capitalismo. “A vida política, prática nossa tem demonstrado que não é possível a constituição de uma saída de independência nacional sem o rompimento com o próprio capitalismo”, disse. Também levantou questões ligadas à auditoria da dívida pública, tamanho do Estado e privatização de empresas. “Alternativa para quê? Com que sentido e com que objetivo?”, questionou. Já Paulo Henrique Almeida abordou a ausência de um discurso de esquerda atualizado, pois na chamada extrema esquerda persiste a questão do socialismo de Estado. Segundo

ele, esse sistema não tem apelo massivo, uma vez que sua ineficácia foi comprovada historicamente. “O que é pior na situação que a gente vive no mundo, é que mesmo aquelas novas formas de partidos que têm aparecido, com as novas composições de força, a esquerda que surge na Grécia agora, ou uma coisa que é mais interessante ainda, os movimentos espanhóis do tipo ‘Podemos’, não têm conseguido sair desse discurso. Você pega o programa do Podemos hoje, é Keynes. E Keynes é ruim”. Também criticou a ausência de centralidade da questão ambiental nas discussões e lembrou da catástrofe de Mariana. “Nosso problema é, antes de mais nada, a miséria teórica”, afirmou.

O público presente também pôde participar das discussões com perguntas. O estudante de engenharia Clécio Cardoso questionou o peso dado no debate à análise da conjuntura e não à apresentação de fato de

alternativas para a crise. O cacique Juvenal, do povo Payayá, criticou a falta de visibilidade da questão indígena. “Mesmo participando da luta, ninguém nunca levantou a questão indígena como um ponto de bandeira central”, disse ele. A professora Celi Taffarel problematizou o grau de desenvolvimento da articulação dos trabalhadores para responder à crise mundial.

Ao final, Pochmann retomou a palavra convidando todos a fazerem a leitura do documento. Disse ainda que existe uma cobrança para que se tenham respostas imediatas, mas que isso não era possível. “Não tem saída para amanhã”, disse ele. Ressaltou também a importância da articulação e do diálogo para a construção de um projeto para o país. “Não adianta cada um de nós ter o seu projeto, o país não vai ter nenhum se não for construído de uma forma democrática”.

## PRÓXIMOS DEBATES

Os debates estão programados para janeiro e fevereiro de 2016, com data a ser confirmada, e contarão com a participação de diferentes entidades e sindicatos.

1. Abono de Permanência
2. PEC 395/14 (Permite cobrança por especialização em universidades públicas.
3. Conjuntura e organização do Movimento Docente



“A vida política, prática nossa tem demonstrado que não é possível a constituição de uma saída de independência nacional sem o rompimento com o próprio capitalismo”

Jorge Almeida  
FFCH/UFBA



“Nosso problema é, antes de mais nada, a miséria teórica”

Paulo Henrique de Almeida  
Economia/UFBA

## MOBILIZAÇÃO E LUTA

# Encontro de Aposentados da Apub discute participação e valorização do segmento

“Ser professor não acaba com a chegada da aposentadoria”, definiu Joviniano Neto, diretor social e de aposentados da Apub, na abertura de mais uma edição do Encontro dos Professores Aposentados do sindicato. Com o tema “Participação e força na defesa de direitos e democracia”, o evento pautou as diferentes formas de participação do segmento nos espaços sociais e a necessidade de valorização da experiência. O Encontro foi realizado nos dias 11 e 12 de novembro, na sede da Apub e no Hotel Portobello, em Ondina, e foi organizado pela Comissão de Aposentados do sindicato, com o apoio da diretoria.

A abertura do evento aconteceu na sede do sindicato com a mesa redonda “Participação e força nos espaços sociais”. A mesa foi coordenada pela presidente da Apub, Cláudia Miranda e teve a participação de Joviniano Neto, Maristella Said (Comissão de Aposentados) e Suzana Alice Cardoso, professora aposentada do Instituto de Letras. Na sua fala de abertura, Cláudia ressaltou o cenário difícil da conjuntura política atual e a necessidade da incorporação dos aposentados e aposentadas na luta: “o cenário não é fácil, temos perdido muitos direitos e há um processo de desvalorização do serviço público”, disse. Joviniano Neto relatou um pouco da sua própria experiência nos movimentos sociais e políticos e destacou as mudanças pelas quais eles passaram ao longo dos anos. “O tempo mudou. Os mais jovens se profissionalizaram e é difícil encontrar pessoas para um trabalho voluntário por projetos coletivos”, disse. Também destacou a atual diver-

sidade de frentes de luta e complexidade da conjuntura, porém, para ele, era importante manter ideais mais amplos: “Sem utopia não vale a pena lutar, sem utopia não tem militância”, finalizou. Suzana Alice falou sobre a continuidade de participação na vida acadêmica, destacando que a experiência adquirida nos anos de universidade não se esvai com a aposentadoria. Ela apresentou a pesquisa “Atlas linguístico do Brasil”, da qual é uma das dirigentes, cujo objetivo é mapear os usos da língua portuguesa em diversas regiões do país, atentando para diferenças geográficas e sociais. “Aposentado tem o que fazer”, disse ela. Por fim, Maristella Said fez questão de criticar a ausência de valorização e respeito social em relação ao idoso, mas enfatizou: “somos nós que temos que reivindicar esse respeito”.

No dia 12, os participantes estiveram reunidos no Hotel Portobello. Pela manhã, aconteceram duas mesas: a primeira sobre as estratégias e bandeiras de luta na conjuntura atual, que contou com as exposições do professor Lúcio Hagemann da ADUFRGS e do Conselho Consultivo do Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas), e do professor Aurélio Lacerda da Comissão de Aposentados da Apub. Com a temática “Política de valorização e reconhecimento institucional”, a segunda mesa do dia contou com a professora Lorene Pinto da Pró-reitoria de Desenvolvimento de Pessoas da UFBA. Ela afirmou que a política de valorização dos docentes está sendo reformulada, desde o acolhimento dos novos até a condução e realocação dos apo-

sentados na vida acadêmica. Nesse mesmo debate, participou o professor Vanderlei Carraro, também da ADUFRGS, que compartilhou as experiências de inserção dos aposentados no sindicato, de forma ativa e constante.

A tarde, houve encontro com o advogado Pedro Ferreira, da Assessoria Jurídica da Apub. Os presentes puderam tirar dúvidas sobre o andamento do processo dos 3,17%, causa já ganha pela categoria, mas que se encontra em fase de cálculos. Também foi informado que o Jurídico da Apub está estudando uma ação para incorporar a gratificação VNPI (Vantagem Pessoal Não Identificada) à remuneração docente. Inclusive, foi aconselhado àqueles que tiveram esta gratificação retirada do contracheque, que procurem a Assessoria Jurídica do sindicato.

## Encaminhamentos e propostas

Ao final, a plenária sistematizou as propostas do dia, entre as quais se destacam a criação de uma comissão para ir à reitoria da UFBA e também do IFBA para agilizar pendências do processo dos 3,17%; criação de banco de dados dos docentes aposentados para saber quem são e também onde podem ser incorporados e em que ocasiões e eventos podem ser convidados a contribuir; Participação dos aposentados em encontros do sindicato e nacionais; Aperfeiçoamento dos processos da Prodep, garantindo canais e informações específicas para professores aposentados.

